

# Poderes Após cobrança a ministros, presidente afirma que não há crise, mas 'coisa normal da política'

## Lula diz que governo não quer 'eterna briga'

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Gabriela Pereira e Caetano Tonet  
De Brasília

Após se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para colocar um fim à crise entre governo e Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nessa terça-feira que os três Poderes não podem viver numa "eterna briga".

A afirmação do petista contrasta com a troca de farpas entre aliados de Lira e a equipe de articulação política do Executivo, liderada pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha. Nos últimos dias, os dois lados se desentenderam publicamente, o que provocou uma retaliação contra o governo no Parlamento.

"Tem muita gente que gostaria que os Poderes vivessem uma eterna briga. A gente não vai viver em uma eterna briga. Porque se você optar pela briga não

aprova nada. O país é prejudicado, vamos conviver com todo mundo", disse Lula, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto.

Apesar disso, Lula adotou tom evasivo quando foi questionado sobre como foi a conversa entre ele e o deputado alagoano no domingo, quando os dois se reuniram sem que isso fosse divulgado à imprensa.

Na visão do presidente da República, como se tratou de uma "conversa" e não de uma reunião de trabalho entre Planalto e Câmara, não há razão para divulgar o resultado do encontro.

**"Sinceramente não acho que a gente tenha problemas no Congresso"**  
**Lula**

"Sobre o Lira, se eu fizesse uma reunião com o Lira e quisesse que a imprensa soubesse, eu falaria isso. Eu não tive uma reunião com o Lira, eu tive uma conversa. É diferente. Se fosse uma reunião, eu teria levado meus líderes. Então, não sou obrigado a dizer o que eu conversei com Lira", disse o presidente.

Em seguida, Lula tentou negar que sua gestão enfrente dificuldades na relação com os congressistas. "Eu sinceramente não acho que a gente tenha problemas no Congresso. O que temos é uma coisa normal da política", acrescentou.

Neste mesmo sentido, o presidente buscou defender seu "time" de ministros, quando ouviu questionamentos sobre a possibilidade de a cúpula do governo promover uma nova reforma ministerial. "O time está jogando do jeito que precisa jogar. O país tem que dar certo", afirmou.

Apesar do tom conciliador, Lula cobrou nos últimos dias que seus ministros sejam "mais ágeis" e atuem junto à articulação política no Congresso Nacional. A cobrança foi direcionada, na segunda-feira, aos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin.

Após a repercussão da fala, entretanto, o titular da Secretaria de Comunicação Social, ministro Paulo Pimenta, disse que se trata de uma "brincadeira" do presidente. Nos bastidores, porém, outros auxiliares contaram em condição de anonimato que se tratava de uma cobrança para integrantes do governo que não estavam presentes no evento.

Em meio à expectativa de que o Congresso derrube vetos presidenciais, Lula também minimizou essas eventuais derrotas e disse, mais uma vez, que isso faz parte do jogo político. O petista

destacou ainda não ficar nervoso com decisões do Congresso, mas reconheceu irritação por não convencer os parlamentares a concordarem com seu governo sobre alguns temas.

Em relação à eventual derrubada de seu veto parcial ao projeto que restringe a "saldinha" para detentos do regime semiaberto, Lula destacou que, se o Congresso revogar a decisão presidencial, é um problema dos congressistas.

"No caso das saldinhas, como é que vamos proibir o cidadão de visitar os parentes sendo que está cumprindo pena e não cometeu crimes hediondos? É normal a fa-

mília querer ver o cara que está preso. Se o Congresso derrubar isso, é um problema do Congresso", pontuou.

Por fim, Lula disse que não esqueceu das promessas que fez durante a campanha eleitoral e que compreende o mau humor da população na avaliação de seu terceiro mandato. O assunto veio à tona porque o governo tem enfrentado dificuldades entre segmentos específicos da população, como os evangélicos.

"Um político qualquer que tiver preocupação com pesquisa no começo de seu mandato, efetivamente não está preparado para ser político. Eu tenho clareza de tudo que eu prometi para o povo brasileiro, de tudo que eu disse que ia fazer e todas as coisas que eu vou fazer. Quando sai uma pesquisa no primeiro ano de mandato é normal que a expectativa que não foi atendida gere um mau humor na sociedade", argumentou.

**"Tenho clareza do que prometi ao povo, de todas as coisas que farei"**  
**Lula**



Lula no "Conversa com Bial": presidente da Câmara reconhece que cometeu um erro ao dizer que o ministro Alexandre Padilha é um "desafeto pessoal"

## 'Trato a política com seriedade'

De São Paulo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu em entrevista ao programa "Conversa com Bial", exibido na TV Globo na noite dessa terça-feira (23), que errou ao chamar o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) de "desafeto pessoal" e creditou o bom ano de 2023 do governo Lula aos esforços do Congresso em aprovar medidas que ajudaram no desempenho do Executivo.

Em tom ameno, Lira também negou ser um "antagonista" do governo e disse que nunca atuou, como presidente da Câmara, para criar dificuldades — seja na gestão passada, de Jair Bolsonaro (PL), ou mesmo na atual, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Não tenho problema em reconhecer o erro quando eu faço", respondeu Lira sobre o ataque feito a Alexandre Padilha no dia 11 deste mês. "Vinha alertando há alguns meses que não funciona a articulação do governo. Há esforço da presidência da casa, do líder do governo na Câmara, em convergir [com o governo]."

Indagado pelo apresentador Pedro Bial sobre o que teria feito Padilha para o presidente da Câmara chamá-lo de "desafeto pessoal", Arthur Lira respondeu sem se aprofundar: "Fez várias [coisas], mas vamos tratar disso com muito cuidado e cautela."

O clima ruim entre Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, ficou evidente nas declarações do presidente Lula na segunda-feira (22) ao cobrar dos seus ministros mais empenho na articulação política. O próprio Lula se reuniu com Lira no fim de semana para tentar aparar arestas dessa conturbada relação. Na manhã dessa terça, em café da manhã com jornalistas, o presidente da República negou haver "problema no Congresso".

Na entrevista, Lira disse que não tinha o que se queixar da relação com Lula: "Ele é um político que se preocupa com a equiparação do nível de crescimento, principalmente das camadas mais pobres, as desigualdades de saúde, educação, de assistência, de acesso aos bens mínimos. É o que o move."

O presidente da Câmara tam-

bém creditou aos parlamentares, em especial aos deputados federais, parte do êxito do primeiro ano do presidente no seu terceiro mandato no Planalto.

"Demos ao presidente Lula a condição de fazer acontecer tudo o que ele prometeu em palanque. Penso que o povo escolheu e tem que ser dada a oportunidade a qualquer governante de praticar aquilo que prometeu. O presidente Lula teve um ano de 2023 espetacular por tudo aquilo que o Congresso fez, em especial a Câmara dos Deputados", afirmou, citando medidas como a reforma tributária, o arcabouço fiscal, entre outras.

O azedume entre Executivo e Legislativo ficou mais uma vez nítido na semana passada, quando Lula fez acenos à oposição ao sinalizar a instalação de até cinco CPIs na Câmara, o que geraria desgaste para o governo. Na "Conversa com Bial", ele disse que o assunto ainda será discutido com os líderes partidários, sobretudo se haveria viabilidade para essas comissões funcionarem em um ano de eleições municipais, com a agenda do Con-

gresso praticamente parada no segundo semestre.

"Não existe isso de colocar a faca no pescoço de nenhum governo. Sou um político que faz uma atividade reta. Quando dou a palavra, cumpro. Quando faço um acordo, entrego. Trato a política com seriedade", disse Arthur Lira, que ocupará a presidência da Câmara até 1º de fevereiro do próximo ano.

Por fim, o político também comentou a sua rivalidade com um conterrâneo, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos principais aliados de Lula no Congresso. Em 2026, a depender dos cenários, Renan e Lira podem ser rivais na disputa para o Senado por Alagoas.

"Quando me elegi e reelei presidente da Câmara, em especial num governo que ele votou e eu não votei [Lira votou em Bolsonaro], as agressões ficaram frequentes. Na minha posição, de presidente da Câmara, não cabe ficar discutindo ou rebatendo aquele nível de provocação. Ocurrei ali uns advogados, e a gente tem conversado com uma dezena de ações que o senador fica respondendo", declarou.

## CCJ tira benefício de condenado por invasão de terra

De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira (23) projeto de lei que impõe sanções administrativas e restrições a ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas. O governo Lula (PT) defendeu a rejeição da proposta, mas o texto foi aprovado por 38 votos a 8. É necessária agora a análise pelo plenário da Câmara.

Na semana passada, a Câmara já tinha aprovado requerimento de urgência ao projeto por 293 votos a 111. O presidente da Casa,

Arthur Lira (PP-AL), contudo, até agora não reincluiu o tema na pauta nem nomeou um relator. O requerimento entrou em discussão em meio à crise entre Lira e o Executivo e logo após as invasões de propriedades promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por causa do "Abril Vermelho".

O parecer do deputado Ricardo Salles (PL-SP) proíbe pessoas condenadas pelos crimes de invasão de domicílio e de esbulho possessório de participarem de programas do governo federal. Eles não poderão contratar com o poder público, se inscrever

em concursos públicos ou assumir cargos comissionados por oito anos.

Além disso, proíbe que o condenado receba auxílios, benefícios e demais programas do governo federal por prazo indeterminado. Quem já tiver cargo público, contrato governamental ou auxílio do governo "será desvinculado compulsoriamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa".

Salles afirmou que as invasões de terras pelo MST como método de pressão pela reforma agrária são "práticas criminosas" e geram "instabilidade social". "Tais

ações configuram-se como uma ameaça ao Estado democrático de direito, ferindo não apenas a lei, mas também os direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito à propriedade", disse.

O deputado Bacelar (PV-BA) rebateu que o projeto é "absolutamente inconstitucional" e uma proposta da "extrema direita" contra os movimentos sociais. "Ele estabelece um Estado de exceção para as populações mais pobres deste país", disse. "Não há pena de caráter perpétuo, mas está ausente aqui o prazo de duração do veto ao recebimento de auxílios", criticou. (RDC e MR)

**OPORTUNIDADE PARA INVESTIDOR**

ALTO DA BOA VISTA  
casa pronta em condomínio fechado

502 m<sup>2</sup> 3 suítes  
4 vagas

R\$ 4.900.000,00  
à vista

• Jardim com living integrado  
• Rooftop com piscina borda infinita e espaço gourmet

Tratar: 11 94107-4900

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 2.449, da Diretoria, realizada em 4.12.2023**

Aos 4 dias do mês de dezembro de 2023, às 16h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Marcelo de Araújo Noronha. Durante a reunião, os diretores registraram: a) Os pedidos de renúncia formulados pelos senhores **Klayton Tomaz dos Santos** e **Marlos Francisco de Souza Araújo**, ambos ao cargo de Diretor Executivo Adjunto; e **Adelmo Romero Perez Junior**, ao cargo de Diretor, todos em cartas desta data (4.12.2023), cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara, Moacir Nachbar Junior, José Ramos Rocha Neto, Guilherme Muller Leal, João Carlos Gomes da Silva, Bruno D'Ávila Melo Boetger, Roberto de Jesus Paris, Oswaldo Tadeu Fernandes, Edilson Dias dos Reis e Juliano Ribeiro Marçilio. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz - *Procuradores. Certidão* - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão o registro sob número 153.687/24-1, em 16.4.2024. a) Maria Cristina Frei-Secretária Geral.

BBDC B3 LISTED NY  
ITAG B3  
ISEB3  
abracsa  
CDP  
Dow Jones Sustainability Indices  
ibri  
BBD LISTED NYSE  
BBPO LISTED NYSE

**Eletrobras**  
Eletropar

**ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR**

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 01.104.937/0001-70 - NIRE 33300162526

**AVISO AOS ACIONISTAS**

**Distribuição de Dividendos**

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR (B3: LIPR3) comunica aos seus acionistas e ao mercado que, em reunião realizada em 21/03/2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023 e propôs à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2023, deliberar a distribuição do lucro líquido ajustado no valor total de R\$ 4.543.379,18 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos), na forma de dividendo, bem como a data do início do pagamento. Todos os valores estão na data base de 31/12/2023.

**1. VALOR:**

O valor do lucro líquido ajustado a ser distribuído será na forma de dividendo, no valor de R\$ 4.543.379,18 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos), equivalentes a R\$ 0,38618121919 por ação ON;

Tais valores serão atualizados com base na variação positiva, pro rata temporis, da taxa IPCA divulgada, desde 01/01/2024 até a data do efetivo pagamento.

**EX-DIVIDENDO:**

O pagamento do dividendo, referentes ao balanço do exercício de 2023 será com base na posição acionária de 29/04/2024 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Todos os acionistas que possuírem ações da Companhia nesta data terão direito ao recebimento do dividendo. As ações serão negociadas "ex-dividendo" a partir do dia 30/04/2024 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

**2. PAGAMENTO:**

O pagamento do dividendo será efetuado até o dia 10/05/2024 ou na data deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, a ser comunicada mediante Aviso aos Acionistas. Para os acionistas com ações custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), os valores serão pagos à "CBLC", que os repassará aos acionistas titulares por intermédio dos agentes de custódia. O pagamento aos demais acionistas será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme dados cadastrais dos respectivos acionistas existentes no Banco Bradesco S.A. Os acionistas cujos cadastros estejam desatualizados deverão se dirigir a uma agência do Bradesco para a atualização dos dados cadastrais e recebimento dos dividendos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

Ivo Sergio Baran

Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores